



69
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0296971-9

COMARCA: Pesqueira

APELANTE: Marco Aurélio de Almeida Valença

APELADO: Município de Pesqueira

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INSALUBRE. 1. Inicialmente, a pretensão do autor (de percepção de adicional de inatividade) vem calcada em dispositivos das Leis Federais nº 8.112/90 e 8.270/91. 2. No entanto, a referida legislação não constitui norma *nacional* mas sim *federal*, aplicável exclusivamente a servidores públicos da União, de modo que, no caso em tela, impõe-se aplicar o ordenamento jurídico municipal, tendo em vista o vínculo estatutário do apelante com o Município de Pesqueira. 3. Deveras, em se tratando de concessão de vantagem a servidores, exige-se lei municipal de iniciativa do Poder Executivo, sendo certo que, no tocante ao adicional de insalubridade, a lei municipal deve disciplinar os percentuais cabíveis para cada categoria. 5. Contudo, em que pese haver nos autos demonstração da existência de legislação do município instituindo o adicional de insalubridade, não há regulamentação deste benefício e das respectivas atividades consideradas insalubres (sendo certo que os contracheques colacionados aos autos não fazem referência ao pagamento de tal adicional). 6. Com efeito, o art. 146, §3º, da Lei Municipal nº 950/2004 prevê a concessão do adicional de insalubridade, desde que haja portaria do Secretário de Administração e a comprovação por meio de laudo pericial. No entanto, não dispõe quais atividades ou funções ensejam a percepção do referido adicional. 7. Embora o laudo pericial emitido pela DRT-PE tenha atestado a presença de insalubridade em algumas unidades administrativas municipais, não logrou o autor/apelante comprovar que o local onde estava lotado correspondia a uma dessas unidades. 8. Apelo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0296971-9, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de março de 2013 (data do julgamento)

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0296971-9
COMARCA: Pesqueira
APELANTE: Marco Aurélio de Almeida Valença
APELADO: Município de Pesqueira
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Pesqueira, nos autos da Ação Ordinária NPU 0003832-78.2011.8.17.1110, que julgou improcedente a demanda, nos seguintes termos:

“(…) Com o laudo da Delegacia Regional do Trabalho anexado aos autos (fls. 13/17), em conformidade com as conclusões periciais é possível identificar claramente os locais de trabalho e funções que existem insalubridade e periculosidade.

Vê-se que a parte autora, Marco Aurélio de Almeida Valença, presta serviço na Unidade de Saúde da Família de Vila Anápolis, que não consta no laudo pericial com local onde exista insalubridade e periculosidade.

Assim sendo, por todo o exposto e por tudo mais que consta dos autos, julgo improcedente a pretensão contida na exordial, proferindo sentença com julgamento do mérito, baseado no Art. 269, I do Código de Processo Civil.

Condeno a parte autora a arcar com as custas e os honorários advocatícios, fixados nesta oportunidade em R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), por força do art. 20, §4º, do Código de Processo Civil.”

No caso em tela, o autor/apelante, servidor público municipal (fl. 09), ocupante do cargo de dentista, sustenta laborar diariamente junto à Secretaria de Saúde do Município de Pesqueira, exercendo as suas atividades em condições insalubres por estar continuamente exposto à contaminação por agentes biológicos nocivos à saúde humana.

Aduz, ainda, que, até o mês de agosto de 2010, não havia o adicional de insalubridade, cujo requerimento, em janeiro de 2004, fora acompanhado do laudo pericial realizado pelos Auditores Fiscais da DRT-PE (fls. 14/17), pelo que pleiteiam a percepção do adicional de insalubridade correspondente ao grau médio – 20% do salário mínimo – com retroação aos últimos cinco anos trabalhados e com as devidas repercussões legais nas férias e no 13º salário, tudo acrescido de juros moratórios e correção monetária.

Nesta sede recursal, pugna o apelante (fls. 34/37) pela reforma da sentença vergastada, sob a alegação de que o direito ao adicional já foi devidamente reconhecido pelo Município, de acordo com os contracheques de fls. 11/12, colacionados aos autos.

Nas contra-razões (fls. 45/48), requer o Município apelado o improvimento do apelo com a consequente manutenção da sentença, ora recorrida.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

O membro do Ministério Público com assento neste Tribunal absteve-se de opinar, por não vislumbrar a existência de interesse público primário a ensejar a intervenção do *Parquet*.

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 08 de março de 2013.



Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0296971-9
COMARCA: Pesqueira
APELANTE: Marco Aurélio de Almeida Valença
APELADO: Município de Pesqueira
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito, cuida-se de **apelação cível** interposta contra sentença que julgou improcedente o pedido de adicional de insalubridade.

A pretensão do autor, inicialmente (fls. 04), vem calcada em dispositivos das Leis Federais nº 8.112/90 e 8.270/91, de seguinte teor:

“Lei nº 8.112/90

Art. 68. Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

Lei nº 8.270/91

Art. 12. Os servidores públicos civis da União, das autarquias e fundações públicas federais perceberão adicionais de insalubridade e periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral e calculados com base nos seguintes percentuais:

I – cinco, dez e vinte por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente;

(...)

§3º. Os percentuais fixados neste artigo incidem sobre o vencimento do cargo efetivo.”

Ou seja, pretende o autor/apelado que, por força do disposto Leis Federais nº 8.112/90 e 8.270/91, seja-lhe deferido adicional de insalubridade.

No entanto, é inadequada a aplicação da referida legislação federal à espécie, pois não se trata de leis nacionais aplicáveis a todo e qualquer servidor, mas sim normas federais aplicáveis exclusivamente a servidores públicos da União, de modo que, no caso em tela, deve-se aplicar o ordenamento jurídico municipal, tendo em vista o vínculo estatutário do apelante com o Município de Pesqueira.

Deveras, em se tratando de norma relativa à concessão de *adicional de insalubridade* a servidores municipais, deve ela estar regulamentada em lei municipal de iniciativa do Poder Executivo, disciplinando inclusive os percentuais cabíveis para cada categoria.

Contudo, em que pese haver nos autos demonstração da existência de legislação do Município instituindo o adicional de insalubridade, não há regulamentação deste



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

benefício e das respectivas atividades consideradas insalubres (sendo certo que os contracheques de fls. 11 e 12 não fazem referência ao pagamento de tal adicional).

Com efeito, conforme destacou o magistrado na sentença ora recorrida, o art. 146, § 3º, da Lei Municipal nº 950/2004 prevê a concessão do adicional de insalubridade, desde que haja portaria do Secretário de Administração e a comprovação por meio de laudo pericial. No entanto, não dispõe quais funções são passíveis de percepção do referido adicional:

“Art. 146. (...)

§3º. A gratificação pelo exercício de atividades insalubres e perigosas será concedida por portaria do Secretário de Administração e do titular da autarquia ou fundação, conforme o caso, devendo fazer parte integrante o respectivo laudo pericial expedido pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT.”

Destarte, compulsando os autos, verifico que, embora o laudo pericial emitido pela DRT-PE (fls. 14/17) tenha atestado o grau de insalubridade em algumas unidades administrativas municipais, não logrou o autor/apelante comprovar que o local onde estava lotado correspondia a uma dessas unidades, nem tampouco restou provado que o adicional de insalubridade fora deferido, administrativamente, segundo alega o autor.

Ante o exposto, sendo certo que o *decisum* de primeiro grau está em harmonia com a prova dos autos, **nego provimento** ao apelo.

É como voto.

Recife, 27 de março de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello

Relator